

**LEI Nº 3.871, DE 04 DE JUNHO DE 2024**

***ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº. 3.441/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Os incisos II e VII, e os §§ 1º e 6º, todos do artigo 4º da Lei Municipal nº 3.441/2017, passam a vigorar com a redações:

**Art. 4º**.....

**II** - Apresentar o Talão de Nota Fiscal do Produtor, CCIR ou ITR da propriedade rural;

**VII** - Recolher, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os valores relativos às horas e/ou quilometragem excedentes, caso ultrapassado o requerimento inicial, observado o limite máximo de 04 (quatro) horas/máquina, e o total de quilômetros efetivamente percorrido.

**§1º.** O preço mínimo para o uso de equipamento é de 1 (uma) hora máquina.

**Art. 2º.** O artigo 5º da Lei Municipal nº 3.441/2017 passa a vigorar com seguinte redação:

**“Art. 5º.** O pagamento dos valores fixados nesta Lei será efetuado através de guia de arrecadação, modelo padrão DAM (Documento de Arrecadação Municipal) emitido pela Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento, devendo o respectivo comprovante de pagamento ser anexado ao processo de solicitação do serviço”.

**Art. 3º.** O artigo 13 da Lei Municipal nº 3.441/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 13.** Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Executiva de Desenvolvimento Rural”.

**Art. 4º.** Fica revogado o artigo 11 da Lei Municipal nº 3.441/2017.

**Art. 5º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alegre/ES, 04 de junho de 2024

**NEMROD EMERICK - Nirró**  
**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre